

TEORIA E CONCEITOS APLICADOS NO ESTUDO
DO EXTREMO SUL DA BAHIA
THEORY AND CONCEPTS APPLIED IN THE
STUDY OF THE EXTREME SOUTH OF THE BAHIA
TEORÍA Y CONCEPTOS APLICADOS EN EL ESTUDIO
DE LA EXTREMIDAD SUR DE LA BAHÍA

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto

Doutor em Geografia, Professor e Pesquisador do Instituto Federal da Bahia.

E-mail: cerqueiraneto.mg@gmail.com

Resumo: A íntima relação que a Geografia tem com as ciências humanas e naturais exige um rigor metodológico no sentido de não produzir mais fissuras dentro da própria Geografia, o que poderia cair no velho discurso da tradicional postura dicotômica. O papel do geógrafo se encontra na análise espacial, e esta não deve ser fragmentada nem tampouco apenas ser descritiva. Este artigo é parte do capítulo sobre métodos e conceitos da tese intitulada *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. Na composição metodológica da tese pode-se encontrar pensamentos das correntes bases da Geografia. Pois, se de um lado a crítica é o identifica a pesquisa, por outro, no trabalho de campo não há como ignorar a importância do primeiro ato, que é de enxergar e automaticamente começa a elaborar um mapa mental dos elementos naturais da paisagem, das construções, do ambiente como um todo. Apesar da diversidade de variáveis inesgotáveis num estudo geográfico, das inter-relações que a Geografia tem com outras ciências, esse texto valorizou nas análises, essencialmente, a visão do geógrafo.

Palavras-chave: Geografia; conceitos; região.

Abstract: The close relation that Geography has with sciences natural human beings and demands a metodológico severity in the direction not to inside produce more fictions of proper Geography, what it could fall in the old speech of the traditional dicotômica position. The paper of the geógrafo if finds in the space analysis, and this does not have to be broken up nor to neither only be descriptive. This article is part of the chapter on methods and concepts of the thesis intitled *Of the regional isolation to the globalization: contradictions on the development of the Extreme South of the Bahia*. In the metodológica

composition of the thesis it can be found thoughts of the current bases of Geography. Therefore, if of a side the critical one is identifies the research to it, for another one, in the field work does not have as to ignore the importance of the first act, that is of enxergar and automatically it starts to elaborate a mental map of the natural elements of the landscape, the constructions, the environment as a whole. Although the diversity of inexhaustible 0 variable in a geographic study, of the Inter-relations that Geography has with other sciences, this text valued in the analyses, essentially, the vision of the geógrafo.

Key words: Geography; concepts; region.

Resumen: La relación cercana que la geografía tiene con los seres humanos naturales de las ciencias y exige una severidad del metodológico en la dirección no al producto del interior más ficciones de la geografía apropiada, que podría bajar en el viejo discurso de la posición tradicional del dicotómica. El papel del geógrafo si los hallazgos en el análisis del espacio, y éste no tiene que estar rotos para arriba ni a ni unos ni otros sea solamente descriptivo. Este artículo es parte del capítulo en métodos y los conceptos de la tesis intitled del aislamiento regional al globalization: contradicciones en el desarrollo de la extremidad del sur de la Bahía. En la composición del metodológica de la tesis puede ser pensamientos encontrados de las bases actuales de la geografía. Por lo tanto, si de un lado el crítico está identifica la investigación a ella, para otra, en el trabajo en el terreno no tiene en cuanto a no hacen caso de la importancia del primer acto, que está de enxergar y comienza automáticamente a elaborar un mapa mental de los elementos naturales del paisaje, las construcciones, el ambiente en su totalidad. Aunque la diversidad de las variables inagotable en un estudio geográfico, de las interrelaciones que la geografía tiene con otras ciencias, este texto valoró en los análisis, esencialmente, la visión del geógrafo.

Palabras clave: Geografía; conceptos; región.

INTRODUÇÃO

A Geografia é uma ciência que abrange uma amplitude de análise talvez nunca alcançada por outra. Suas correntes, suas ramificações, sua utilização por outras ciências fez com que o geógrafo se lançasse (ou foi lançado?) num universo de análises infinitas, e isto refletiu na quantidade imensa de meios utilizados por ele para alcançar um objetivo final. Se por um lado não consegue fechar num método único, por outro, há a compensação de se poder testar inúmeras combinações, justamente porque tanto a sociedade como a Geografia são dinâmicas.

Outra possibilidade que a Geografia oferece, dentro do seu conjunto de estudo, sempre que precisar pode-se recorrer ao auxílio de pesquisadores de diferentes áreas, sejam aqueles dedicados à parte física ou a social do espaço. Ao contrário de algumas ciências que simplesmente enterram suas teorias e métodos por não servirem as exigências atuais, uma prática normal na dinâmica científica, na qual os novos pesquisadores aceitam com facilidade e rapidez novos métodos e os pesquisadores mais antigos “tendem a reagir ou só aceitar à medida que se fundamentam, chegando a convencer-se da necessidade da mudança” (MONTEIRO, 1976, p. 73), a Geografia consegue unir a modernidade com a tradição em suas análises.

É importante perceber se há condições para elaboração de críticas e novas teorias sobre o que está se estudando, ou seja, se alguém, no passado, organizou uma primeira proposta e a partir de qual tradição metodológica. Portanto, nada nasce do nada. Seria uma tarefa árdua enumerar todos os teóricos que ao longo da história das ciências ofereceram suas contribuições para que houvesse maior entendimento da dinâmica do espaço, contudo, esta não é a pretensão deste artigo; ele apenas oferece uma pequena contribuição dentro de um estudo regional. A grande contribuição do desenvolvimento científico está no estabelecimento das diferentes correntes de pensamento, promovendo os contrapontos sobre um mesmo objeto de estudo. Repassar por todos os autores e suas contribuições metodológicas exigiria confeccionar uma tese, por isso, a opção em compilar algumas idéias que dão sustentação nas reflexões sobre conceitos importantes para a Geografia.

O CAMINHO PARA A PESQUISA

Todo o arcabouço que sustenta a profusão de teorias dentro das ciências sociais e humanas fez com que a questão metodológica abandonasse o tratamento pedagógico, no sentido de verificar se o uso de um método poderia ser ou não mais completo em contraposição a outro considerado como ultrapassado. Os métodos são elaborados, substituídos, utilizados e pensados de acordo com as condições de trabalho que o objeto de estudo requer e no momento histórico ao qual ele está inserido. Portanto, que todas as contribuições metodológicas têm a sua importância. Nesta discussão talvez o que seja consenso entre dos pesquisadores esteja no fato de que

[...] nos períodos revolucionários do desenvolvimento de suas disciplinas e nos conflitos que os caracterizam, têm recorrido à história e à filosofia da ciência como meio de resolução ou classificação dos seus problemas metodológicos. (MONTEIRO, 1976, p. 71).

Andrade (1998) sugere que, para a pesquisa geográfica tentar alcançar a perfeição em suas análises ela não poderia abrir mão dos cinco princípios formulados por Humboldt, Ritter, Ratzel e Brunhes (quadro 1). Se, por um lado, essas formulações agrupadas demonstram a evolução da pesquisa geográfica, numa visão mais ampla pode-se dizer que nenhuma delas, aplicadas isoladamente consegue realizar o trabalho do geógrafo; são, portanto, complementares uma das outras.

Quadro 1

Compilações dos primeiros procedimentos dos estudos geográficos

Princípio de Causalidade	Alexander Von Humboldt (1769-1859)	Observar os fatos e procurar as causas que os determinaram. Estabelecer a relação de causa e efeito.
Princípio da Geografia Geral	Karl Ritter (1779-1859)	Depois que delimitar a área de estudo deve-se fazer a analogia desta com outras, verificando diferenças e semelhanças entre elas.
Princípio da Extensão	Friedrich Ratzel (1844-1904)	Para estudar uma área deve-se procurar localizá-la e estabelecer os seus limites, usar mapas disponíveis e conhecer a área de estudo.
Princípio da Conexidade e Atividade	Jean Brunhes (1869-1930)	Os fatores físicos e humanos elaboraram as paisagens em conjunto, não isoladamente. É uma ação integrada. Perceber que o espaço está sempre se reorganizando, em constante transformação em decorrência da ação contínua de vários fatores.

Fonte: Andrade, M.C. (1998).

Elaboração: Cerqueira Neto, S.P.G. (2008).

Ainda que cada ciência tenha o seu próprio método, no entanto, “não exclui ou impede o intercâmbio dos vários métodos entre as diferentes ciências” (MENDONÇA, 1998, p. 40). Na mesma linha de raciocínio, Moreira (1994, p. 61) afirma que “o método geográfico é uma combinação de outros tantos métodos, como o método comparativo, o método taxonômico (classificação) e o método quantitativo”. Uma situação que pode ser confortável, pois o pesquisador é levado a crer que tem um leque de métodos a sua disposição, mas também desgastante se ficar limitado a algum deles, tendo em vista que o uso de um único método geraria grandes questionamentos a um geógrafo. Sabe-se que o método é o principal elemento que caracteriza a pesquisa científica, no entanto, o mesmo “não se constitui em unanimidade na ciência” (SPOSITO, E. 2004, p. 48). Contudo, há uma tendência, quase que consensual, em aplicar o procedimento dialético, que parte

[...] de uma visão processual sobre os fenômenos e sobre os seus reflexos nas idéias, em permanente estado de movimento, de transformação. Nesta dinâmica são destacadas as contradições mediante, por exemplo, a negação de uma proposição e a negação desta proposição. (SILVA; SILVA, 1986, p. 16).

Na formulação de uma tese geográfica o pesquisador não tem a possibilidade de realizar experimentações, combinações e dosagens entre elementos diferentes utilizando equipamentos num ambiente fechado para tentar chegar a uma fórmula perfeita. O que se faz é elaborar hipóteses iniciais, mas, que comumente são modificadas ao longo da pesquisa em virtude da mobilidade, que é a principal característica do objeto de estudo da Geografia, o espaço. Uma mobilidade que está se processando numa velocidade tão intensa que dificulta o estabelecimento de uma teoria sobre a dinâmica de uma sociedade no espaço em que habita. Sendo assim, pode acontecer, e é natural, que o resultado final da tese já não esteja em conformidade com a realidade que se apresenta no espaço que foi pesquisado.

Para elaborar a tese, que consistia em decodificar os elementos do desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia para daí entender o seu papel na Bahia e no território nacional e no mundo, pode-se dizer que foram “testadas” duas hipóteses iniciais. O uso da palavra testada se justifica porque de certa forma o pensamento inicial foi posto a prova

sob a luz de algumas hipóteses que foram refutadas após tentativas de encaixá-las dentro de algumas propostas de análise regional.

A primeira hipótese foi elaborada considerando a relação conflitante entre as empresas que têm no eucalipto sua matéria-prima e o desenvolvimento amplo do Extremo Sul Baiano. Nesta proposta esses grandes grupos econômicos de capitais estrangeiros e nacionais seriam os vetores principais do desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. Entretanto, seria uma análise reducionista atribuir à estas empresas a responsabilidade pelo desenvolvimento de toda a região, até porque o sentido de desenvolvimento sob esta óptica está ligado especificamente ao aquecimento de alguns setores do comércio e ao aumento da arrecadação municipal, por exemplo.

Uma outra experiência foi a de propor uma análise sob uma visão de redivisão do território baiano, onde o Extremo Sul da Bahia seria tratado como uma região que se desloca do estado obtendo uma configuração de uma nova unidade federal. Esta hipótese foi originada de duas variáveis: a primeira de ordem matemática, ligada ao tamanho territorial da região, que ultrapassa a área do estado de Sergipe, e a segunda baseada no contexto histórico da região que sempre carregou o estigma de ser uma periferia de exploração, portanto, sem receber do Estado da Bahia projetos para o seu desenvolvimento. Mas, percebeu-se que somente retirar esta região da Bahia também seria uma proposta simplista para tentar resolver as questões das desigualdades regionais dentro do estado. Desigualdades estas que fazem parte da característica de modelos históricos da administração do território brasileiro.

Portanto, não sendo um problema que ocorre somente na Bahia, mas também em outros estados de dimensões semelhantes e, de forma geral, no país. Sendo assim, criar mais uma fronteira num país em que cada vez mais os locais estão se desconectando do todo, comprometeria uma proposta de integração, que será amplamente discutida na tese.

Esse exercício inicial ratifica o pensamento de Steffan (1999, p. 18) sobre a tortuosidade dos caminhos apresentada na construção de uma tese quando diz que, “há passos para frente e para trás, novos começos e desvios, porque é impossível que no início de uma pesquisa o estudioso visualize todos os detalhes, obstáculos e surpresas que podem ser produzidos no caminho da pesquisa”. Esse percurso é primordial para o amadurecimento do pesquisador.

A visão crítica sobre o Extremo Sul da Bahia foi sendo construída, na tese, não somente nas compilações teóricas que servem também como aplicação de conhecimento na prática, haja vista que muito da dinâmica da sociedade pode ser compreendida através de algumas teorias. Contudo, não há como negligenciar numa pesquisa geográfica a observação de campo, pois com ela também se pode refutar ou aceitar proposta de análise espacial. Compreende-se que uma tese deve primar pela reflexão e proposições teóricas, no entanto, o trabalho de campo continua sendo fundamental para o geógrafo, pois, não se pode entender os lugares somente dentro dos laboratórios.

Para Santos (1991) muitas das nossas pesquisas geográficas, herdadas dos países desenvolvidos, se tornam mediócras, pois, desprezam ou negligenciam o trabalho de campo. Na mesma direção de Santos, Silva L. (2004, p. 67) diz que “a riqueza teórica na Geografia, não pode eliminar a sua riqueza descritiva e vice-versa. Tanto a descrição reflexiva, quanto a reflexão descritiva têm importância na análise geográfica”. E, em regiões ou lugares onde os estudos são incipientes, como é o caso do Extremo Sul da Bahia, o campo se torna uma atividade fundamental.

Pelo fato do Brasil ter uma base sólida na pesquisa geográfica, em que autores clássicos e modernos realizaram grandes pesquisas decodificando as categorias, escalas, termos e conceitos, esta tese não necessitou promover mais nenhuma outra acepção para analisar o território do Extremo Sul Baiano, apenas procurou aplicar algumas definições que fossem pertinentes a determinada situação de análise. Os estudos geográficos brasileiros, tanto na sua ramificação física quanto na humana, preencheram de maneira satisfatória as necessidades no que tange a utilização de suas contribuições na pesquisa, o que justificou usar uma literatura, basicamente, sustentada em geógrafos nacionais. A polissemia de alguns termos inerentes a Geografia, talvez tenha sido o maior complicador na aplicabilidade de seus usos. Por outro lado, esta riqueza de significados possibilita ao geógrafo fazer o uso de acordo a sua linha de pensamento.

O que se espera de um pesquisador é a produção, o aperfeiçoamento e a renovação de conceitos (SANTOS, 2005), no entanto, há de se ter em mente que “a vaidade pessoal de alguns autores já os levou, por mais de uma vez, a fazer tabula rasa da literatura pré-existente e lan-

çar classificações pessoais, muitas vezes excessivamente teóricas, pouco apuradas e efêmeras” (AB’SABER, 1970, p. 01).

Esta preocupação é pertinente, pois, talvez seja contraproducente aprofundar as incertezas do uso de conceitos que já estão sedimentados em várias correntes de pensamento. Por isso, a opção desta pesquisa foi aplicar os conceitos já existentes e contribuir para uma Geografia menos complicadora, que realmente explique os lugares com simplicidade, porém, sem perder suas bases científicas, o que não é tão simples se pensarmos que “a Geografia, como tantas outras disciplinas, trabalha com palavras” (SANTOS, 2003, p. 54). Isto implica em dizer que se torna difícil obter um consenso, tendo em vista que não se chegará a uma fórmula exata que seja aceita por todos para a solução de uma questão.

Desde que adquiriu o *status* de ciência na Alemanha, a Geografia vem desenvolvendo seus métodos de pesquisa, e talvez o mais presente seja a sua capacidade de interpretar o mundo sob diversos contextos, não necessitando deixar de ser Geografia para receber tantos prefixos e sufixos para que ela seja capaz de expressar sua metodologia na interpretação de uma determinada área independentemente de sua abrangência territorial com seus aspectos físicos e seus arranjos humanos. Por isso, a opção por fazer o resgate da utilização de algumas primícias geográficas que contribuíram para a sedimentação da Geografia enquanto ciência. A utilização do espaço, independente de sua dimensão, como base para entender as modificações realizadas pela sociedade é o ponto que a distingue de outras ciências.

CONCEITOS BÁSICOS

Há dentro da Geografia uma gama de termos que são utilizados por pesquisadores de diferentes linhas de pensamento para tentar elucidar uma dada situação num espaço. Isso acontece, em grande parte, porque as transformações pelas quais o espaço se renova apresenta variáveis de todas as ordens, sendo uma delas a velocidade da informação, exigindo uma atenção redobrada com as novas proposições geográficas concernentes a dinâmica espacial.

Algumas contribuições teóricas podem representar uma tentação ou, até mesmo um dilema, para o geógrafo quando da escolha de uma linha de pensamento, dada à diversidade que caracteriza o objeto

de estudo da Geografia. Junta-se a esta profusão de conhecimentos, a popularização de termos-chaves para a Geografia como, lugar, território, espaço e região. Utilizados espontaneamente no cotidiano da sociedade, não raramente causam conflitos, inclusive no meio acadêmico dentro de outras áreas do conhecimento, se constituindo num complicador quando se faz o uso de um deles para explicar a amplitude dos seus significados. Quanto a região, por mais que receba várias utilizações em outras ciências, “é de qualquer forma um fenômeno geográfico” (KAYSER, 1975, p. 279).

Sobre a preocupação com a popularização dos termos da Geografia, na verdade é a popularização da própria Geografia, e poucas formas de saber lograram tanta popularidade (MOREIRA, 1994). Sendo assim, considera-se normal e natural que ela (a Geografia) esteja inserida na vida e nas conversas do cotidiano das pessoas, afinal, a sociedade vive sobre ou sob uma Geografia. Na escrita acadêmica a dualidade dos termos é extinta quando o autor indica a sua linha de raciocínio. Portanto, o território econômico e território animal serão perfeitamente distinguidos em suas abordagens. Talvez, a Geografia deveria utilizar da sua popularidade para mostrar à sociedade a importância dos seus pesquisadores para a construção de um desenvolvimento amplo dos países, das regiões e dos lugares. Criar ou dominar o uso de um conceito não deve ser preocupação primordial de uma ciência que está em constante evolução.

A seguir, é feita uma compilação e discussão dos principais termos que orientaram a tese:

TERRITÓRIO

De acordo com Almeida (2005, p. 104) o “território tornou-se um termo bastante banalizado, sendo empregado, às vezes, por pura comodidade de linguagem, com o sentido de espaço ou de região”. Machado (1997, p. 20) entende que a polissemia existente no conceito de território “é fruto da própria dificuldade de conceituação que os termos apresentam, não apenas no âmbito da ciência geográfica, mas também em outros domínios de saber”. Outra possibilidade que pode explicar esta diversidade de uso do termo território nas pesquisas pode ser verificada em Haesbaert (2002) sob cinco perspectivas; a) território numa posição materialista: território e natureza; b) território numa

perspectiva idealista: território e cultura; c) território e integração entre diferentes dimensões sociais; d) território e história; e) território: sentido absoluto e relacional.

Diferenciando espaço de território, Raffestin (1993, p. 143) diz que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Silva; Silva (2003) entendem o território como uma “organização social”, por apresentar na sua essência elementos culturais que contribuem para a identificação do mesmo. E, para Gonçalves (1995, p. 311) como o território é “originalmente um conceito jurídico-político torna-se um conceito-chave para os geógrafos”.

Estes pensamentos que colocam o território como um componente passivo, sendo ele o resultado das ações humanas, refletem uma evolução ou uma nova vertente de interpretar a dinâmica social dentro dos seus limites geográficos. Mas, Haesbaert (2002, p. 21) lembra que “dentro da dimensão material do território é necessário, portanto, considerar essa dimensão natural, que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais”. E, ainda que seu uso, nos dias atuais, possa ser considerado reducionista ele continuará tendo um caráter geográfico. Prova disso, é a dessemelhança entre os significados de país e nação.

Machado (1997, p. 24) relembra que “o conceito de território se origina dentro das ciências naturais, na botânica e na zoologia, as quais designam território como área de disseminação de espécies vegetais ou animais”. Esse conceito também valoriza a delimitação de uma área territorial, não levando em consideração a presença humana, isto, se o homem não for considerado como um animal na cadeia da evolução das espécies. No entanto, por mais críticas que podem ser remetidas a ele, a sua aplicação não traz nenhum tipo de prejuízo para a compreensão da análise geográfica, ao contrário, se torna um balizador na primeira parte da descrição geográfica no que se refere à diferenciação dos lugares.

Cataia (2001) oferece uma proposta harmoniosa minimizando a probabilidade de estabelecer uma dicotomia entre o que é o território, enquanto elemento físico e suas mudanças culturais. Para Cataia (2001, p. 209),

[...] cristalizar as fronteiras no território é como demarcá-las num papel, numa carta; ao mesmo

tempo em que há fisicalidade (papel, tinta da caneta, etc.), há trabalho que demandou informação e há transmissão de informação; aquele que lê nunca mais será o mesmo. Assim é a fronteira como informação; ela é construída, destruída, reconstruída, isto é, ela aceita as tintas que a sociedade lhe imprime, mas ao mesmo tempo informa àquela sociedade que a produziu, como ela deve agir em face do que ela própria escreveu no território e que se transformou numa ordem.

O território abordado em Sposito (2004) é dividido em duas possibilidades de compreensão: uma que privilegia o sistema de redes, voltada para a velocidade, conexidade e a instantaneidade das informações e da comunicação, onde há o desaparecimento das barreiras físicas da Geografia. E, a outra está ligada ao cotidiano dos indivíduos, com escalas bem reduzidas como, por exemplo, a casa, a rua, o ambiente de trabalho. Por esta via de análise há um dissecamento do território para tentar entender a sua totalidade. Grupta; Ferguson (2000, p. 47) propõem que

[...] o território físico, durante tanto tempo a única grade sobre a qual a diferença cultural podia ser desenhada, precisa ser substituída por grades múltiplas que nos permitam ver que conexão e contigüidade – de modo geral, a representação de território – variam consideravelmente graças a fatores como classe, gênero, raça e sexualidade, e estão disponíveis de forma diferenciada aos que se encontram em locais diferentes do campo do poder.

Segundo Raffestin (1993, p. 153) “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. No cotidiano das cidades o território de Raffestin pode ser identificado através dos camelôs, da prostituição, por exemplo. Dotado de um sentimento de justiça e igualdade que poderia dispensar qualquer novo conceito teórico sobre o território, Moraes (2002, p.198) espera “a construção de um Brasil mais democrático, onde o território seja de fato um bem comum, um patrimônio nacional apropriado em benefício do conjunto da nação”.

REGIÃO

O estudo sobre região aparece para contrapor uma visão generalista e determinista do espaço, uma contribuição da Geografia iniciada por Humboldt. Estudar uma região significa dividir em partes a área total de um território. Se, se pensar que esse seria um mecanismo para compreender melhor as especificidades de cada lugar pode-se entender que La Blache criou uma metodologia de análise espacial que se baseia em recortes realizados numa superfície até então entendida como única e homogênea. No entanto, antes da proposta deste geógrafo, Lencioni (1999) relembra que na França já havia uma divisão regional do seu território feita por Antoine Passy em 1858, uma regionalização baseada na disposição de elementos da natureza.

De acordo com Lencioni (1999) La Blache formulou o pensamento regional sem delimitações geográficas. Seria criada uma espécie de mapa mental amorfo, desprovido de uma área matemática. Caberia ao pesquisador compor a sua região independente de outros traçados de um mapa oficial. No entanto, para os governantes é fundamental haver a criação dos limites geográficos de suas regiões internas com propósito de estabelecer projetos de acordo com as peculiaridades de cada uma dentro da totalidade da área territorial que administra. Nesta concepção os territórios podem ser “entendidos como espaços qualificados pelo domínio político” (MORAES, 2002, p. 95).

Desde a proposta inicial de La Blache até os dias atuais muitas variáveis foram introduzidas no estudo regional e seria impossível enumerá-las ou prever as que estão ainda por aparecer. As inúmeras variáveis que podem ser aplicadas num estudo sobre região tornam esta tarefa quase impossível de reuni-las todas em uma só pesquisa. Contudo, há a possibilidade de estabelecer alguns parâmetros para que o estudo de uma região não corra o risco de ficar fragmentado.

Haesbaert (1999, p. 17) sugere que para se estudar uma determinada região o pesquisador deve levar em conta “problemáticas como as escalas e fenômenos sociais mais específicos (como os regionalismos políticos e as identidades regionais) entre aqueles que produzem a diversidade geográfica do mundo”. Quanto a questão da escala é importante salientar que o Extremo Sul Baiano possui dimensão territorial comparada a de alguns estados brasileiros e até mesmo de países. Portanto, a região não é uma escala uniforme, isto é, não existe uma padronização

quanto a delimitação do seu tamanho. No caso desta pesquisa estudar esta parte da Bahia seria, por exemplo, o mesmo que estudar todo o território da Bélgica.

No que tange aos regionalismos políticos e as identidades, a região pesquisada apresenta o seguinte panorama: essas variáveis passam por um momento de transição, onde novas concepções políticas encontram resistência para transpor os resquícios de uma política tradicionalista, e a identidade regional ainda está em construção e não se sabe em quanto tempo será alcançada. Muitas vezes a identidade aparece, porém, não na totalidade da região, mas em municípios, principalmente naqueles que estão afastados do desenvolvimento, o que dificulta identificar uma situação de sentimento de pertencimento sobre o total da região. O grande número de variáveis a disposição da análise regional pode levar a diversas conclusões sobre sua dinâmica, porém, “o principal objetivo dos estudos regionais [se remete a busca] de análises e indicadores das verdadeiras raízes das desigualdades” (MASSEY, 1981, p. 53). Assim, os estudos sobre as desigualdades regionais são relevantes a partir do momento em que elas

[...] expressam, sinteticamente, a combinação preferencial das questões relacionadas com a diferenciação e os desequilíbrios regionais na direção do social, ou seja, na diferenciação social que se reflete nos indicadores sociais relacionados com emprego, expectativa de vida, mortalidade infantil, saúde, educação, cultura, moradia, saneamento básico, segurança, liberdade, etc. (SILVA; SILVA, B.; COELHO, 2008, p. 17).

Para Castro (2005, p. 193) “a região é um território, e como tal reconhecido por seus habitantes através dos símbolos identitários mais variados”. Esta definição provoca uma reflexão no que se refere a não diferenciação entre região e território. Se o mesmo conceito serve aos dois termos não haveria a necessidade de tentar diferenciá-los em outras situações da pesquisa geográfica. Nesta mesma linha de raciocínio vários autores vão dizer que o lugar também pode ser representado pela relação estreita que seus moradores têm com o ambiente.

Santos (1996, p. 46), dizia que estudar uma região “significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição”. Esta

definição induz a interpretar a região sendo algo criado por pessoas e por isso a sua complexidade, exigindo uma investigação repleta de minúcias. Santos (2003, p. 59), ratifica sua visão sobre a região dizendo que ela “hoje se define pela solidariedade que se estabelece dentro dela a partir de uma organização”.

Na trajetória dos conceitos sobre região, Corrêa (2005) faz um resumo sobre três acepções: a primeira evidencia a região através dos aspectos físico-naturais, a segunda aborda a relação homem-natureza, onde há a transformação da paisagem natural em paisagem cultural, e terceira acepção nasce da revolução teórico-quantitativa, que não exclui as proposições anteriores e ainda dá liberdade ao pesquisador criar regiões de acordo com seus objetos de estudo, como por exemplo, economia, climatologia, industrialização.

Massey (2000) relata que a preocupação e a dificuldade que acompanham os geógrafos em elaborar uma concepção única sobre região é uma atividade de longa data. Alguns ainda optam apenas por um ato matemático que consiste em traçar linhas para diferenciar os lugares, porém, de pouca contribuição para a Geografia moderna, se levar em consideração que um contorno geométrico pode não transmitir as características de uma população. Guerra (1978, p. 356) também aborda a questão da região criticando o que ele considera como um excesso de verbalismo do termo, e diz que “para fixar o conceito da região, os geógrafos são obrigados a se utilizar dos princípios básicos da Geografia como: localização (onde?), extensão (até onde?) e analogia ou conexão (como?)”. A depender da variável a ser utilizada para se caracterizar uma região, estas perguntas carecem de estudos bem elaborados para serem respondidas.

Segundo Small; Witherick (1992, p. 221) a região é uma “área diferenciada da superfície da Terra cuja unidade decorre de características específicas ou de um conjunto de critérios. São numerosas as bases potenciais para tal diferenciação”. Seguindo nesta linha raciocínio Silva; Coelho definem uma região como sendo

[...] uma área que apresenta características distintas de outras áreas, em geral, demonstradas com base em critérios de homogeneidade (regiões naturais, regiões culturais), funcionalidade (regiões funcionais urbanas, regiões polarizadas, regiões agrícolas, regiões industriais, regiões turísticas, etc.) e de intervenção (regiões de planejamento).

Para Lencioni (1999, p. 198) “a região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e o local”. Esta visão dialética deve permear a abordagem do estudo regional, para que não corra o risco de uma pesquisa que analise a região pela região. Aliás, esta sempre foi uma preocupação com as pesquisas de cunho regional, em não fazer delas apenas um recorte descritivo, como se a região fosse um organismo isolado dentro da sua dinâmica interna. A comprovação de que isto não aconteceu está nas inúmeras vertentes pelas quais a região pode ser entendida, através, por exemplo, a cultura, a industrialização, a agricultura, a etnia.

Numa análise que enfoca a política como uma variável importante, Moraes (2003) relata o papel de interlocutor que a região teve no Governo Vargas. Muito cômodo para um governo centralizador que utilizava os Estados na intermediação de assuntos entre o município e a União. Neste período,

[...] o Executivo federal nomeava para a chefia dos governos estaduais indivíduos que, embora nativos dos estados e mesmo identificados em suas perspectivas ideológicas aos grupos dominantes, eram ao mesmo tempo destituídos de maiores raízes partidárias; indivíduos com escassa biografia política ou que, se possuíam alguma, a fizeram até certo ponto fora das máquinas partidárias tradicionais nos estados. (SOUZA, M. 2006, p. 15).

Outro ponto favorável que ajudava no controle do território era que, o surgimento de um Estado era essencialmente definido pelo poder central. Desta forma, a região representava um importante instrumento de controle administrativo e político do território nacional.

O método de análise regional pressupõe “a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre o homem e a natureza, mas sim da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra” (CORREA, 1987, p. 14). Neste sentido ele abandona o estudo dicotômico entre aspectos físicos e humanos e se torna mais ampla a sua análise espacial, fornecendo uma gama de dados que muitas vezes não é encontrada nos estudos mais generalizados. Nesta mesma visão Kayser (1975, p. 285) dirá que nem os fatores naturais

[...] nem os fatores históricos da formação regional podem ser negligenciados, eles desempenham

freqüentemente um papel de primeira grandeza para os limites. Mas não são nunca motores. O que explica a região, em seu dinamismo, seu mecanismo vivo e, definitivamente, sua formação, são seus órgãos, seu coração e suas artérias: seu ou seus centros, e suas vias de comunicação.

Silva; Silva (2003, p. 77) apontam para a importância da realização de um estudo criterioso sobre o mapeamento das regiões dentro dos estados, para eles “o nível regional, no contexto estadual, ressalta a importância da agregação de municípios que apresentam questões comuns que, muitas vezes, para serem bem equacionadas e resolvidas, precisam ser tratadas em conjunto”. No caso do Extremo Sul da Bahia os municípios que compõem a região estão agregados, talvez, muito mais pela força do contorno geográfico do seu mapa, inviabilizando outro mapeamento regional baiano, pois, a oeste está o Oceano Atlântico, a Leste o estado de Minas Gerais, ao Norte com a região baiana do Litoral Sul e ao Sul o estado Espírito Santo. No entanto, pode ser uma região híbrida brasileira formada por três unidades federais.

LUGAR

Para o conceito de lugar, buscou-se em Santos (1996) a acepção de que a cidade representa o lugar de liberdade para aqueles que acabaram de sair da escravidão e é também um lugar revolucionário, pois na cidade se concentra a explosão de tecnologia e do conhecimento. A cidade se torna, então, um lugar construído cheio de simbolismo que reflete a economia, a sociedade e a cultura que se pratica no seu interior. De acordo com Fernandes (2004, p. 55) “quando pensamos nos sentidos mais profundos para a cidade, podemos dizer que os homens construíram-na para fazer seus rituais e festas”. Ainda se pode encontrar em vários lugares no Brasil esse sentimento puro que Fernandes relata sobre uma das funções da cidade, contudo, a cidade de hoje representa a modernidade, a busca pelo trabalho, o aperfeiçoamento dos estudos, melhor atendimento para a saúde.

Lefebvre (1999) chamará a rua de lugar, um lugar de encontros, da prática teatral, da mistura, do comércio, enfim das relações. Para Tuan (1983) o lugar é um mundo de significado organizado. Neste pensamento o autor não tem a intenção de fazer uma analogia entre o local e o global,

mas, dar ao lugar o adjetivo de mundo, uma abstração impossível de ser mensurada. Então, ao mesmo tempo em que o quarto de uma casa pode ser considerado como uma pequena parte dela, ele, pode ser para alguém capaz de abrigar um mundo repleto de significados.

A cidade, independentemente de sua dimensão territorial e demográfica, representa o conforto e as necessidades da sociedade que nela habita. Segundo Castells (2003, p. 515),

[...] lugares não são necessariamente comunidades, embora possam contribuir para sua formação. Todavia, a vida dos habitantes é marcada por suas características, portanto são, na verdade, lugares bons ou ruins dependendo do julgamento de valor do que seja uma vida boa.

A definição de Castells contrapõe com a idéia de que o lugar é sempre perfeito, quase um paraíso, onde as pessoas desejam viver. O lugar pode receber outras denominações, que podem ser verificadas no próprio Tuan (1983), como o lar e suas repartições, os acampamentos nômades, ou ainda qualquer ponto do planeta onde existe uma sociedade ou não, como um território desértico gelado ou tórrido, o campo, o bairro etc. No entanto, como esta tese trabalha com as cidades que formam uma região, por isso, adotou o lugar como significado de cidade. A definição de lugar para Carlos (1996, p. 29) tem intrinsecamente o sentido de efervescência e transformação social quando ela diz que, ele

[...] é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam do plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida.

Em *A (re) invenção do lugar: os rosados e o país de mossoró*, Felipe (2001, p. 40) traduz o lugar como “uma construção histórica, formando por sucessivas camadas de significações, um espaço íntimo de pertencimento, marcado pela memória e pela vivência que chegam às práticas cotidianas e se enraízam”. No trabalho de campo constatou que são nas cidades onde estão os níveis mais altos de sentimento de pertencimento ao lugar, traduzidos na euforia em cantar ou declamar a sua

cidade, contar a sua história através do seu auge econômico, das suas personalidades, por exemplo. Enquanto que num contexto mais amplo percebe-se que os moradores não comungam de sentimentos afetivos que possam uni-los em torno de uma identidade regional. O Extremo Sul da Bahia atualmente é visto como um lugar das oportunidades, que estão diretamente ligadas ao ganho financeiro, tanto para pessoas físicas ou jurídicas.

Em resumo, percebe-se que os pensamentos, conceitos ou definições dos termos território, região e lugar apresentam certa uniformidade quando elaborados por pesquisadores que tomam como norteamento a sociedade e suas ações. Em todos eles os símbolos e os sentimentos do homem são os objetos de investigação no sentido de interpretar o espaço. Quanto à dimensão, não existe uma preocupação em estabelecer a delimitação de área, não é a sua metragem que vai caracterizar a particularidade de cada termo, e somente o lugar assume um sentido abstrato ou pode ter dimensões do tamanho de uma rua ou de um quarteirão.

Para o pesquisador iniciante talvez a falta de uma delimitação de área possa provocar uma situação incômoda ou até mesmo insegura, se esse sempre teve como referências e significados sobre um estudo de Geografia, os mapas com suas escalas. Como produzir uma pesquisa geográfica sem realizar um mapeamento se o uso da cartografia é intrínseco ao trabalho do geógrafo? Ainda que para a tecnologia na comunicação, a atuação das grandes empresas ou a manifestação dos azares climáticos as barreiras geográficas sejam obsoletas, há que se entender que o mundo ainda é organizado através dos limites dos territórios nacionais que são administrados através da criação de regiões onde são agregados os estados que, por conseguinte têm as delimitações dos seus municípios, como no caso brasileiro.

A não ser que se coloque um sentido abstrato, território, região e lugar possuem uma dimensão espacial, e, esta dimensão é necessária para se entender o comportamento dessas áreas e na verificação dos pontos de transição social, cultural, econômica e ambiental, pois todos eles são produtos de uma história, conseqüentemente não serão perenes e tampouco fixos num dado espaço. A delimitação espacial não significa o encarceramento de análises, mas ela auxilia na compreensão no que se refere à contração ou dilatação de uma determinada área devido às atividades humanas. O que contraria Raffestin (1993) no sentido em

que ele vê a delimitação como um método de isolamento, subtração e manifestação de poder numa determinada área.

Dentro de cada uma dessas partes do espaço geográfico existem componentes naturais e culturais. A falta de um conceito universal para cada uma dessas categorias e/ou escalas, dependendo da visão de cada autor, abre a possibilidade de inúmeras interpretações. Santos (1991, p. 11) explica que, no caso da região, por exemplo, “seus limites mudam em função dos critérios que lhe fixamos”. O mesmo podendo ser aplicado para território e lugar. Independentemente da linha de pensamento que é utilizada para definir esses três termos postos em discussão, pode-se chegar a conclusão de que eles são partes de um todo, do espaço geográfico, e como nenhuma parte é igual a outra, todos eles são únicos.

Então, se o território, a região e o lugar são carregados de simbologia cultural, sentimentos de pertencimento, postura identitária, qual seria a diferença entre eles? Baseada nas prerrogativas das múltiplas acepções que os termos permitem utilizar, a tese se guiou pelo território (como a área total de estudo, podendo se falar em território nacional, baiano e do Extremo Sul), a região (vista como uma divisão política-administrativa e econômica) e o lugar (empregado como sinônimo de cidade).

INTERDEPENDÊNCIA NA PESQUISA

Na elaboração da tese fez-se um recorte geográfico dentro da Bahia onde o foco foi compreender a dinâmica do Extremo Sul do estado. Para tanto, tornou-se imprescindível realizar a sistematização dos dados qualitativos, organizar criticamente as falas de cada sociedade dos lugares, onde a percepção ambiental do pesquisador é exercitada ao máximo, pois, ele se vê diante de situações que vão de encontro a uma postura inicial de pensamento. Para Silva; Silva (1985, p. 17), a postura do diálogo na pesquisa “possibilita a análise das mudanças quantitativas e qualitativas na busca da identificação da essência e do direcionamento das transformações”. Ainda que numa pesquisa geográfica onde as ações do homem são o seu maior interesse, ela não deve abrir mão de estudar os números que fazem parte de uma sociedade, tendo em vista que eles fazem parte do entendimento da dinâmica espacial. Não é por acaso que os levantamentos censitários realizados pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) têm uma grande relevância para vários setores do país.

A compilação de teorias e hipóteses de geógrafos, sociólogos, antropólogos, economistas, historiadores, ecologistas de diferentes correntes de pensamento, na pesquisa, também demonstra a preocupação e a reafirmação em adotar uma visão interdisciplinar. Segundo Santos (1996, p. 19) “nunca é demais insistir no risco representado por uma ciência social monodisciplinar, desinteressada das relações globais entre os diferentes vetores de que a sociedade é constituída como um todo”. Num estudo regional seria praticamente impossível limitar somente ao uso de uma ou duas ciências, por isso autores de diferentes áreas do conhecimento estão presentes nesta tese, onde os seus pensamentos são utilizados como ferramentas de análise na metodologia, caracterizando de forma interdisciplinar a nossa abordagem. A pesquisa geográfica é, naturalmente, trans e interdisciplinar, o que a impede de um confinamento dentro de uma só via de análise. Uma das explicações para esta postura é a de que

[...] a geografia, desde o início de seus tempos modernos, identificou-se com uma grande diversidade de temas. A superfície terrestre. O que está abaixo da superfície: solos. O que está acima: atmosfera. Ecossistemas. Espaço transformado/produzido pela sociedade: do rural ao urbano, percorrendo todas as possíveis tipologias. (HISSA, 1996, p. 03).

Monteiro (1976, p. 101) atribui um sentido mais amplo a pesquisa interdisciplinar, dizendo que ela também pode oferecer “subsídios sob formas de soluções alternativas apresentadas ao poder público a quem compete as decisões e a mudança deliberada”. Entretanto, a trans ou a interdisciplinaridade deve ser feita com muito critério para evitar cair na tentação de entender sobre tudo, pois cada ciência tem a particularidade dos seus métodos. Mas, a Geografia fica muito a vontade para trabalhar com um viés interdisciplinar, justificado por uma de suas característica principal, que é a de ser considerada uma ciência de ligação. Difícil ver numa ciência tantas ramificações de estudo quanto às apresentadas na Geografia.

O território, a região, o lugar, enfim, o espaço tem como principal agente transformador o homem, sem a sua interferência no decurso

da história da Terra, implantando símbolos, substituindo as formas de produção, por exemplo, as pesquisas teriam pouca relevância. A interpretação da trajetória geográfica do Extremo Sul da Bahia pode oferecer tanto o caminho de uma análise sob a óptica do crescimento do estado da Bahia como um todo, como também leva a pensar no surgimento de novas regiões autônomas, com evolução para a configuração de uma nova unidade federal ou um território nacional.

Estudos sobre a primeira via são amplos e aceitos com maior facilidade. Enquanto que a segunda proposição é carente de uma metodologia e causa algum desconforto por uma série de fatores. Quando se fez o recorte dentro do estado da Bahia para explicar como funciona o seu Extremo Sul, não se pensou em propor uma simples separação de áreas, até porque esse processo é um acontecimento natural da evolução histórica do país, isto quer dizer que, o Brasil vem sendo redividido desde a chegada dos portugueses nessas terras. Então, a formação dos estados brasileiros é um processo de evolução administrativa e política que independe de um pensamento científico.

No entanto, neste começo de século, outros agentes estão influenciando nos novos arranjos dos territórios, como por exemplo, a alta velocidade com que as sociedades modificam seus hábitos, que por sua vez são regidas pelo mercado econômico bem aparelhado tecnologicamente e que, atualmente, é o ator principal na formação de novos lugares e novas regiões. Isso requer a elaboração de questionamentos sobre os (re) desenhos de algumas regiões bem como de Estados com dimensões territoriais que impeçam de produzir uma integração interna. Por outro lado, é necessária a revisão de políticas de integração regional. Ou seria por uma integração estadual?

Seja a região vista como uma importante categoria de análise (SANTOS, 1996), um fenômeno (HAESBAERT, 2005), uma periodização escalar (SILVEIRA, 2004), uma área econômica, uma porção física do espaço, ou com caráter político-administrativo, ela tem a sua dinâmica através dos processos de dilatação e contração, que depende, atualmente, das interferências econômicas que são introduzidas no ambiente urbano, rural e natural. Mas, ao estabelecer uma análise regional levando em consideração, tão somente, a sua principal atividade econômica deve-se estar atento para o fato de que esta classificação será efêmera. Pois, uma determinada região que foi caracterizada pela economia do café,

por exemplo, pode ser em outro momento histórico a região da laranja e mais no futuro se tornar um pólo fabricante de produtos tecnológicos, e assim, o país, as regiões e os lugares vão se modificando.

Os estudos geográficos que se dedicam a entender as regiões, desde La Blache, mostram que uma região é feita de lugares, e esses são diferentes entre si, pois são construídos por pessoas. Desta forma, é natural que o interior das regiões estaduais seja carregado de diferenciações, como é o caso do Extremo Sul da Bahia, uma região repleta de diversidade ambiental, social, cultural e econômica, ultrapassando medidas territoriais e econômicas de algumas unidades federais, características inerentes a toda grande região, e, talvez por isso que sua unicidade ainda é apenas um desejo. Todavia, Massey (1981, p. 52) diz que “a análise do desenvolvimento regional desigual pode contribuir para os debates sobre movimentos regionais separatistas”. Apesar de ser um pensamento sobre a dinâmica do Reino Unido, esse tipo de movimento pode acontecer em qualquer parte do mundo.

Faz-se necessário estabelecer que, quando se pensa numa região una, uma na sua solidariedade interna, não está no fato de que ela seja homogênea, mas que chegue o mais próximo de um desenvolvimento equilibrado e justo, onde os moradores que pertençam (não só o pertencer geograficamente) a mesma região tenham a preocupação com o desenvolvimento de todos, estendendo esse sentimento para outras regiões do país e do globo para daí se pensar, também, num Brasil integrado.

REGIÃO: UMA INQUIETAÇÃO ACADÊMICA

Por mais que possa parecer que a região, enquanto conceito que mais traduz o trabalho do geógrafo esteja totalmente esgotado quanto as suas definições, ela ainda carece de ser precisada ou talvez uniformizada para que exista uma lógica sobre a sua definição no que tange a ser um objeto de estudo sem tantas variações que causam uma insegurança quanto a sua abordagem. Sendo assim, quanto a região, no que tange a sua análise enquanto conceito ou escala percebe-se que já algumas definições estão estabelecidas e absorvidas pelo meio acadêmico. São definições que traduzem a metodologia que determinado autor aplicou para estudar uma dada parte de uma cidade, um estado, um país. Desta forma, mesmo sendo considerado um conceito-chave, a região, tal qual a

ciência que a estuda parece que precisa chegar a uma unicidade quanto a sua abordagem.

Enquanto isso não ocorre outras ciências como, por exemplo, a Economia, demonstra uma maior objetividade e acabam se apropriando com mais tranquilidade deste conceito em suas análises. Por outro lado, a Geografia apresenta em seus estudos uma enormidade de possibilidades de análise tendo a região como objeto principal. Se por um lado há uma sensação de que o geógrafo poderá abordar a região sob diversos vetores, por outro lado, isto pode causar algum embaraçamento para alguns geógrafos; isto se reflete num relato que Andrade (1973) fez em relação a uma preocupação de Cholley com a insegurança de alguns professores em definir para seus alunos o conceito de região, principalmente àqueles que estão iniciando uma dedicação na ciência que se ocupa do espaço, onde os estudos regionais têm grande influência na sua formação.

Outro ponto que se coloca como discussão é o fato de que a região é utilizada mundialmente em estudos, no entanto, não há uma uniformidade no seu tratamento no que se refere a estabelecer um padrão; e, assim se fala na região de Porto Seguro que se localiza na Região da Costa do Descobrimento que está dentro do Extremo Sul da Bahia que pertence a grande região Nordeste do Brasil, e o Brasil que se insere na região do MERCOSUL; são divisões regionais propostas por estudos geográficos, desta forma não se pode dizer que é uma banalização do termo.

Talvez, poderia se recorrer a Cartografia para delimitar uma área que possa ser compreendida como região. Mas, se observa que mesmo quando a região é abordada como escala também não há uma precisão quanto a sua área. Se esta pesquisa fosse realizada sobre a Bélgica, que tem dimensão territorial menor que o Extremo Sul da Bahia, seria um estudo geral sobre um país, contudo, no Brasil é um estudo regional.

Internamente, como denominar de região tanto o Extremo Sul da Bahia como a Costa das Baleias ou a Costa do Descobrimento? Mas, dentro da literatura todas elas são chamadas de região. Ou será que basta apenas colocar prefixos, como meso, macro ou micro para distingui-las através de suas dimensões territoriais? Comumente esses prefixos são de pouca utilidade. Nos dias atuais as transformações espaciais se dão em grandes velocidades que as configurações que outrora pareciam perenes, hoje são altamente efêmeras.

Enfim, aprende-se como se deve estudar uma região, no entanto, não se sabe precisar com objetividade o que a define. Desta forma, a região é um recorte do que se apresenta como geral, sendo esse recorte ligado a uma delimitação, um mapeamento elaborado pelo pesquisador quando adota uma variável que pode ser representada por elementos sociais, culturais, econômicos ou naturais. No entanto, é necessário entender que esses elementos não se apresentam como homogêneos a depender da dimensão territorial da região estudada, portanto, seria uma limitação de análise enquadrar uma região através de um deles. Aliás, a maioria dos estudos mostra que o interior de toda região é marcado pela diversidade dos vários elementos que a compõe.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu num momento histórico onde setores da economia como, o eucalipto, o novo turismo e a cana-de-açúcar estão ocupando e transformando os lugares do Extremo Sul, causando impactos de grandes dimensões no campo, no urbano e nas poucas áreas onde são encontradas ambientes naturais, gerando, assim, muitas contradições quanto aos seus efeitos benéficos ou maléficos.

Região, território, lugar e paisagem se analisados somente através das relações sociais, dos hábitos culturais, pela economia, vão exigir o mesmo esforço para compreender suas dinâmicas internas e externas, diferenciando apenas na escala adotada pelo pesquisador. Todos esses conceitos da Geografia oferecem uma análise entre o particular e o geral. Houve com certeza uma superioridade dos estudos regionais e locais nas pesquisas de Geografia em que se pega o espaço, que é verdadeiramente o objeto de estudo da Geografia, pois nele estão contidos todos os elementos naturais e sociais e suas diversas combinações, e acaba por fragmentá-lo em várias partes numa tentativa de destacar a relação entre o local e o global, ou apenas sublinhar o local, partes as quais dificilmente são recolocadas no lugar para se entender o todo.

O espaço, enquanto um termo que possa fazer parte do dia a dia do homem comum, assim como região, território, lugar e paisagem, é o que caracteriza o estudo do geógrafo. Não se pode perder a identidade do objeto de estudo da Geografia tendo em vista o grande esforço histórico para esta ciência estabelecer algo mais próximo dos seus estudos.

Com isto, não se quer dizer que se deva acabar com a análise regional, do território, do lugar ou da paisagem, mas sim estabelecer uma lógica própria na análise de cada um dos mesmos a partir do referencial geográfico da dinâmica espacial.

Enquanto esta questão não é equacionada o pesquisador tem a liberdade de abordar a região sob uma proposição já sedimentada ou criar um outro vetor de análise. A Geografia tem dentro da sua trajetória histórica, na busca de sua cientificidade, uma característica muito rica que é a de procurar evoluir na definição dos conceitos que compõem o bojo de suas pesquisas. E, para a Geografia ser aplicada como forma de contribuição para as políticas públicas, no que concerne o desenvolvimento regional, talvez sejam necessários estudos que definam uma região de forma concreta, que não se confunda com outros conceitos geográficos.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz N. **Geomorfologia** – províncias geológicas e domínios morfoclimáticos do Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Geografia, 1970.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. n. 2, p.102-114, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.
- CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CATAIA, Márcio A. **Território e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) || FFLCH/Universidade de São Paulo, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.

FELIPE, José Lacerda. A (re) invenção do lugar: os rosados e o país do Mossoró. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 10, p. 33-49, jan./jun. 2001.

FERNANDES, Nelson da N. A cidade, a festa e a cultura popular. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 11, p. 55-61, dez. 2004.

GRUPTA, Akhil; FERGUNSON, James. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 30-47.

GUERRA, Antônio J. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. **Território Territórios/Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo-UFF/AGB**. Niterói. 2002.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, ano I, n. 01, p. 15-39, 1999.

HISSA, Cássio E.V. Parcialidade na ciência. **Jornal Integração**, Faculdade de Ciências e Humanas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG: F.C.H.P.L., nov. 1996.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre; GUGLIELEMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **Geografia ativa**. Tradução Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de la Corte e Vincenzo Bochicchio. São Paulo: Difel, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.

MACHADO, Mônica S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, n. 1, 1997.

MASSEY, Doreen. Regionalismo: alguns problemas atuais. **Revista Espaços e Debates**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 50-83, 1981.

_____. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MONTEIRO, Carlos A. F. **Teoria e clima urbano**. 1976. Tese (Livre-Docência) || IGEO-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

- MORAES, Antônio C. Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz C. **Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- _____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Lenyra Rique da. **Do senso-comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.
- SILVA, Sylvio B. M.; SILVA, Bárbara-Christine N.; COELHO, Araori Silva. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa, PB: Grafset, 2008.
- SILVA, Sylvio C. B. M.; SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.
- SILVA, Barbara-Christine N.; SILVA, Sylvio B. M. **Elaboração de projetos de pesquisa em geografia**. Salvador: Editora UFBA, 1985.
- SILVEIRA, Maria Laura. Escala geográfica: da ação ao império? **Revista Terra Livre**, ano 20, n. 2, p.87-96, 2004.
- SMALL, John; WITHERICK, Michael. **Dicionário de Geografia**. Tradução J. Pinto Ferreira. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1992.
- SOUZA, Maria do C. Campello de. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 61, jun. 2006.
- SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- STEFFAN, Heinz Dieterich. **Novo guia para a pesquisa científica**. Tradução Eliete Ávila Wolff. Blumenau: Ed. da FURB, 1999.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.